

CURRICULARIZANDO A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: IMPORTÂNCIA E DESAFIOS

Roberto Lobo e Maria Beatriz Lobo

13 de setembro de 2021

A UNESP introduziu recentemente a curricularização da extensão universitária da instituição, acompanhando a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 do MEC. Louvável iniciativa que partiu do debate das diretrizes gerais com suas 34 unidades universitárias, com publicação no Diário Oficial do Estado de 1º e setembro de 2021, que estabelece entre outros artigos o que diz na mesma Resolução:

“Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.”

A extensão universitária faz parte, desde a Constituição de 1988, da missão das universidades, devendo ser exercida integrada às atividades de ensino e pesquisa. Ela traz as universidades para perto de sua realidade local, regional e universal, utilizando sua competência para a solução de problemas concretos, seja na formação e melhoria da mão de obra local, do uso da tecnologia para a solução de problemas existentes em seu âmbito de atuação, seja na contribuição para aperfeiçoar sistemas públicos e privados de gestão, como saúde, urbanização, etc.

Projetos de extensão poderiam, muito produtivamente, ser incorporados às disciplinas ligadas, ou ao próprio TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) já incorporado aos currículos brasileiros. O importante é que as experiências e os conhecimentos adquiridos na atividade de extensão sejam trazidos de volta à IES e se incorpore ao acervo de competências da instituição, não só para os que participam, mas para a comunidade acadêmica como um todo.

Isto poderia ser feito por meio de seminários, grupos de estudo e relatórios, em que sejam ressaltadas as competências práticas adquiridas pelo estudante ou pelo grupo de estudantes e que vão além ou não constam dos currículos tradicionais.

A extensão universitária organizada enquanto tal, embora busque soluções de problemas específicos da sociedade desenvolvidas em instituições de ensino superior, nasceu a partir das chamadas *land-grant universities*, criadas com doações de terras e suporte financeiro por parte do Governo Federal americano para estados criarem universidades, no início do século XX. Até hoje há lá auxílio às IES para esta finalidade.

O objetivo destes apoios era que as universidades promovessem ações agropecuárias, baseadas nas seguintes estratégias:

- ⇒ Criação de bases avançadas junto a agricultores
- ⇒ Fixação de agentes cooperativos com apoio de professores de alto nível
- ⇒ Consideração da ação de extensão na promoção docente
- ⇒ Relação íntima e bilateral com grupos de pesquisa das universidades.

Esse comprometimento com a solução de problemas reais da sociedade foi um dos fatores que levou o sistema universitário americano a crescer rapidamente e ocupar o lugar de destaque que tem hoje no ensino superior mundial.

Os primeiros passos práticos para ampliar o alcance dos conhecimentos armazenados nas universidades, e expandi-los para a sociedade, foram dados em 1867-68, quando James Stuart, membro do Trinity College, Cambridge, Inglaterra deu palestras para associações de mulheres e clubes de trabalhadores. James Stuart é chamado de pai da Extensão Universitária.

Hoje em dia, a atividade de extensão universitária nos Estados Unidos é associada a programas de capacitação até a pós-graduação lato sensu.

Projetos de interesse social e aplicação dos conhecimentos acadêmicos para a solução de problemas regionais não são normalmente considerados como atividades de extensão, ao contrário do que ocorre no Brasil.

O Instituto Lobo realizou dezenas de colaborações, por meio de cursos e apoio na elaboração de planejamentos e avaliações institucionais com instituições de ensino superior, que trataram do

tema “extensão universitária” e, a partir destas experiências, vislumbramos alguns problemas e soluções para a implantação saudável de um programa institucional de extensão.

Por suas características, a extensão universitária é essencialmente multidisciplinar, uma vez que os problemas que afetam a sociedade complexa não dependem geralmente de uma solução estritamente disciplinar. Dependendo do tipo e amplitude dos problemas ela pode ser multi institucional, envolvendo além de instituições acadêmicas, órgãos de governo e empresas.

Este é o primeiro problema que a extensão enfrenta: as universidades (em especial as públicas) são divididas disciplinarmente por institutos, faculdades, como física, química, biologia, economia, psicologia, etc. A atual estrutura universitária não favorece a extensão como defendida pela legislação e por nós mesmos.

A extensão, pelos seus próprios objetivos de trabalhar com dados e conhecimento regional costuma ser representada por questões que envolvem setores de gestão governamental: saúde, moradia, educação, indústria, cultura, etc.

É necessário, portanto, criar novos recortes na estrutura e ação das universidades para bem atender às demandas geradas pelas atividades de extensão. Infelizmente, as relações das universidades com os poderes constituídos esbarram em questões políticas, econômicas, ideológicas e até mesmo legais. Há que se facilitar essa relação.

A extensão não pode ser confundida com ações assistencialistas, ou paternalistas, algo comum. Na nossa experiência, tudo que não é claramente designado como pesquisa ou ensino nas IES cai na cesta da extensão. Em diversas avaliações das atividades de pesquisa e extensão que realizamos, chegamos a listar o que estava indevidamente indicado como extensão e que eram por exemplo, aulas práticas, atividades de campo do ensino, atendimento curricular de pacientes em clínicas e escritórios para desenvolvimento de atividades de graduação e até campanhas de agasalho e coleta de alimentos, assim como outros serviços oferecidos à população gratuitamente.

Como vemos, é possível que com a integração da extensão aos projetos dos cursos de graduação, mais difícil será a separação entre o que é de fato extensão e o que é assistencialismo, apenas para exemplificar.

Após muitas discussões e aprendizado, poderíamos ajudar às IES com a seguinte sugestão: se a atividade a ser desenvolvida puder prescindir da universidade, ou seja, for uma atividade que qualquer outro tipo de organização possa fazer de forma autônoma, não a classificaríamos de extensão universitária. Para ser assim entendida, necessariamente, a atividade acadêmica tem que ser exatamente isso: acadêmica. Qualquer organização socialmente responsável pode fazer campanhas assistenciais. Isso não seria extensão se se encerrar em si mesma.

Como já dito, as atividades de extensão, para não serem confundidas com outras, precisam representar uma via de duas mãos: não somente a universidade levando seu conhecimento para a comunidade, mas aprendendo com os desafios que enfrentará e que devem ser internalizados, aprendidos e repassados às salas de aula e cujas experiências possam servir aos projetos que se seguirão. Ou seja, outro grande fruto da extensão é a oportunidade da academia trabalhar a partir da demanda originada extramuros, o que ajuda a oxigenar pessoas, processos e ideias.

Ela deve promover o desenvolvimento regional e a aliança com a sociedade além de, sempre que possível e como parte dessa reciprocidade, da captação de recursos adicionais, pois a demanda para a extensão é infinita e os recursos internos são finitos e até limitados para atividades dessa natureza.

Apesar da realização da extensão nos cursos de graduação, certamente ela não pode e não deve se limitar a esse *locus*. Ela pode e deve envolver também a pesquisa e a pós-graduação.

Mas um alerta se faz necessário: um dos maiores entraves à institucionalização da extensão é o fato de que poucas são as IES onde um bom projeto de extensão promove um docente, ao contrário da pós-graduação e da pesquisa. O mesmo ocorre com o ensino, embora este seja monitorado diretamente pelo departamento ao qual está vinculado o professor.

O caráter multidisciplinar, presente na maioria dos projetos de extensão, isola os jovens professores da vida dos departamentos e pode prejudicá-los nas promoções e na criação de um ambiente favorável entre seus pares. Este problema exige uma estratégia bem formulada de gestão e possivelmente a revisão dos critérios de recrutamento, avaliação, reconhecimento e promoção de docentes, que normalmente só levam em conta trabalhos publicados e orientações acadêmicas.

É verdade também que, em certo ponto, a linha que separa a pesquisa da extensão, em determinados projetos, ficará tão tênue que será difícil distingui-las. Mas esse será um bom problema a ser resolvido quando chegarmos a esse ponto.

A avaliação das atividades de extensão também é imprescindível para assegurar a qualidade, identificar resultados e valorizar seus executores. Assim sendo, toda atividade de extensão deve ser documentada para ser internalizada, promovida e aperfeiçoada permanentemente.

Há uma sentença famosa (atribuída a vários personagens, inclusive Peter Drucker) que diz: *“Quando algo não é documentado, não pode ser avaliado; se não pode ser avaliado, não merece ser recompensado.”*

Para concluir é possível sugerir algumas estratégias para identificar problemas e as ações necessárias para saná-los que podem ser fazer parte dos programas de extensão.

Para se analisar ou aprovar um novo projeto alguns itens, não exaustivos, põem ser levados em conta:

- ⇒ Qual é o grau de complexidade, dificuldade do problema ou situação a que o projeto se dirige? Quais são as habilidades e competências necessárias para relacionar a teoria com a prática, transferindo conhecimento dos conceitos abstratos para ações reais?
- ⇒ O trabalho se utiliza de conhecimentos e métodos atuais, dos bancos de dados e informações mais recentes e outros componentes altamente atualizados?
- ⇒ Até que ponto a forma de abordagem e as técnicas utilizadas no trabalho são originais e inovadoras, e até que ponto são repetitivas e de pouco impacto? Elas abrem novos horizontes e podem ser aplicáveis em outros contextos? Até que ponto este trabalho será capaz de influir na forma em que os docentes ensinam e pesquisam?
- ⇒ O trabalho realizado representa uma análise profunda e completa do problema em questão? Levou em conta todos os fatores relevantes para propor conclusões e recomendações? A análise identificou as questões relevantes, os cenários e os problemas críticos relacionados ao tema desconhecidos do cliente (usuário)?
- ⇒ O trabalho teve a capacidade de apresentar soluções alternativas e as vantagens e desvantagens de cada uma?

Como critérios gerais ainda podemos incluir:

- ⇒ Relevância socioeconômica dos resultados
- ⇒ Potencial de aplicabilidade dos resultados
- ⇒ Capacidade de realização do projeto pela IES
- ⇒ Condições de financiamento do projeto
- ⇒ Viabilidade do cronograma
- ⇒ Qualidade do gerenciamento do projeto
- ⇒ Integração com demais atividades da IES.

E cuidado para não esquecer mais um conselho de Peter Drucker: *“Não há nada mais inútil do que ser eficiente ao fazer o que não deveria ser feito”*.